

MEMO GAB. nº 031/2022

Itaituba, 27 de janeiro de 2022.

DA: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMDAS

PARA: DICOM - Licitação

Nesta

Assunto: **ENCAMINHAMENTO**

Prezador senhor,

Após cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, encaminhar a Vossa senhoria, **justificativa sobre REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO CONTRATO 20210092** proveniente da ata de Registro de Preços nº **42/2019**. Pregão Eletrônico nº **021/2021**. Contratante **Secretaria Municipal de Assistência Social e Contratada Petrobras Distribuidora S.A.**

Atenciosamente.



Solange Moreira de Aguiar
Sec. Mun. Ass. Social
Decreto 007/2017

JUSTIFICATIVA

Assunto: Resposta ao pleito de **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO CONTRATO 20210092** proveniente da ata de Registro de Preços nº **42/2019**. Pregão Eletrônico nº **021/2021**. Contratante **Secretaria Municipal de Assistência Social e Contratada Petrobras Distribuidora S.A.**

Proposta de Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato nº 20210092, formalizado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaituba e a Empresa Petrobras Distribuidora S.A.

Diante da grave situação enfrentada em todo o mundo decorrente da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, dando origem ao estado de calamidade pública nacional enfrentado, é inegável que muitos têm sido os reflexos na economia, afetando tanto o poder público quanto o privado.

Diante disso, a Empresa contratada solicitou pedido da necessidade de revisão em decorrência da inflação sobre os preços anteriormente pactuados no referido contrato e justificando com os significativos aumentos dos combustíveis licitados com o intuito de ser restabelecido o equilíbrio econômico e financeiro.

Vale mencionar que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, portanto, é a justa correlação entre todos os encargos que o particular terá com a prestação assumida e a sua remuneração por este serviço. E quaisquer alterações incidentes nos encargos do particular devem ser analisadas e, caso influenciem efetivamente na equação econômico-financeira do ajuste, devem importar na recomposição de seu equilíbrio original, já que a Constituição Federal de 1988 assegura a sua manutenção:

“Art. 37. A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA – PARÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifou-se).

Assim, a atualização do valor do contrato, quando devida, é um direito do contratado que não pode ser afastado, pois visa justamente manter as condições efetivas da proposta.

Nesse sentido, vale destacar orientação do Tribunal de Contas da União: “Equilíbrio econômico-financeiro, assegurado pela Constituição Federal, consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, de maneira que se mantenha estável a relação entre as obrigações do contratado e a justa retribuição da Administração pelo fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço.”

Deste modo, para que o equilíbrio econômico-financeiro seja mantido durante todo o período de execução do contrato, o ordenamento jurídico prevê instrumentos específicos para tal finalidade. Tratam-se do **reajuste**, da **repactuação** e da **revisão** (também denominada pela doutrina e jurisprudência como realinhamento, recomposição ou reequilíbrio de preços).

Diante disso, ao recebimento do ofício com pedido de revisão é previsto e destina-se a corrigir distorções geradas por ocorrências imprevisíveis ou previsíveis com consequências inestimáveis e nasce de acordo entre as partes, iniciado a partir da respectiva solicitação realizada pela contratada que demonstrou a onerosidade excessiva originada pelos acontecimentos supervenientes do sucessivo aumento dos preços dos combustíveis no mercado interno.

Ademais, ressalta ainda que esse instrumento consta do art. 65, II, d, da Lei de Licitações nº 8.666/1993 (...). ”.

Desta forma, o presente pedido de notificação de reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela Contratada **Petrobras Distribuidora S.A**, **licitado pelo Município de Itaituba** sobre o respectivo **contrato nº 20210092**, cujo objeto foi a aquisição de combustíveis para atender à necessidade do Fundo Municipal da Secretaria de Assistência Social de Itaituba e que previa expressamente a possibilidade da distribuidora revisar os preços inicialmente pactuados da Tabela 1 do contrato sempre que houvessem alterações nos custos e demais fatores de composição do preço dos combustíveis que fossem fornecido à Vossa Senhoria se demonstrou justificado o seu pedido.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA – PARÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

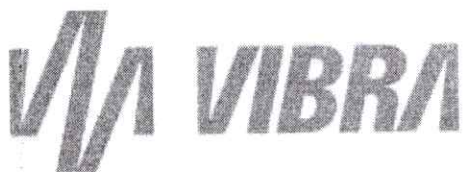
Sendo assim, a presente secretaria recebe e aceita o respectivo pedido de revisão, apenas e especificamente contrapondo que seja alterado no item 19.2 do Contrato nº 20210091, para que, seja utilizada a **“PESQUISA DE PREÇOS MÍNIMOS DO PERCENTUAL DA ANP”** e a alteração no item 2 (DIESEL S10), da cláusula primeira, de **8,5 % (oito e meio por cento) para 9,5 % (nove e meio por cento)** para que dessa maneira se restabeleça a relação entre o contratado e a justa retribuição do contratante.

Atenciosamente,

Itaituba-Pará, 27 de janeiro de 2022.



SOLANGE MOREIRA DE AGUIAR
Secretária Municipal De Assistência Social
Decreto 007/2017



Ao Município de Itaituba-PA e suas Secretarias

Endereço: Av. Dr. Hugo de Mendonça, s/n, Paço Municipal, bairro Boa Esperança, Itaituba-PA.

A/C: RICARDO AGUIAR

Assunto: Resposta ao Pedido de Notificação – Pleito de Reequilíbrio econômico-financeiro. Contratos nºs 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093 provenientes da Ata de Registro de Preços nº 42/2019. Pregão Eletrônico Nº 021/2021-PE

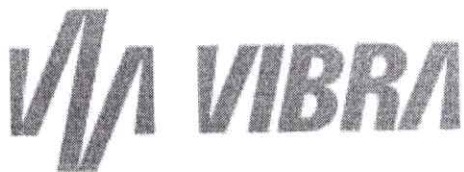
Prezados,

2. Em **10.12.2021**, a Vibra Energia S.A encaminhou a esta Seção novo pedido de Reequilíbrio-Financeiro dos contratos nºs **20210090, 20210091, 20210092 e 20210093**, sendo demonstrados nesta nova oportunidade os significativos aumentos dos combustíveis licitados, sendo uma variação fora dos parâmetros normais, imprevisível quando da celebração da Ata de Registro de Preços.

3. Demonstramos, por meio de gráficos, que a falta de atualização da tabela de referência repercutiu diretamente nos preços contratuais, ensejando grande defasagem dos combustíveis fornecidos a partir de 01.11.2021, data a partir da qual o ATO COTEPE deixou de ser atualizado pelo CONFAZ, sendo a decisão de congelamento adotada pelo próprio CONFAZ.

4. Ressaltamos que o congelamento do preços pelo CONFAZ agravou sobremaneira a posição contratual e financeira da VIBRA, considerando os recentes e sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis no mercado interno, ditada pela notória política de preços da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) de acompanhar o mercado internacional como balizamento dos preços dos combustíveis nas refinarias, além das alterações nos custos do Biodiesel, componente do Diesel, e as constates mudança nos preços do Etanol Anidro, que compõe a Gasolina C.

5. Considerando que já transcorreu um período de tempo razoável desde a realização do



pleito, sem uma resposta deste órgão, vimos reiterar nosso pedido de reequilíbrio e a necessidade de resposta em um brevíssimo período de tempo, considerando o forte prejuízo que a Vibra Energia S.A. vem experimentando com a realização de fornecimentos sem o preço reequilíbrio, cabendo destacar que estamos operando em margens negativas.

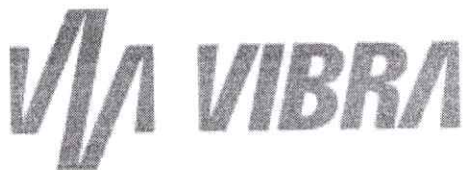
6. Neste sentido, destacamos que viemos acumulando prejuízos mensais médios de mais de R\$108.210,00 com a manutenção dessa operação, face a ausência de atualização de preços do ATOS COTEPE pelo CONFAZ.

7. Registramos que desde o início do processo, nos esforçamos ao máximo para que todos os fornecimentos fossem plenamente atendidos, de forma a honrar integralmente com o contrato assinado por meio da Ata de Registro de Preço nº 42/20219

8. Contudo, os fatos supervenientes, já devidamente evidenciados na notificação enviada em 10.12.2021, inevitavelmente impactaram o presente contrato.

9. Assim, servimo-nos do presente instrumento para reiterar nosso pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos nºs **20210090, 20210091, 20210092 e 20210093**, realizado por meio da notificação enviada em 10.12.2021, diante do risco de agravar os enormes prejuízos que a Vibra Energia S.A vem experimentando desde 01.11.2021, sendo de máxima importância que o pedido anteriormente realizado seja avaliado e atendido em breve período de tempo, sob pena de a Vibra Energia S.A sofrer grave desequilíbrio econômico-financeiro, em claro descompasso com as diretrizes constitucionais sobre a necessidade de o contrato manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta de preços.

10. Nos colocamos à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários, e aguardamos, **com a máxima urgência**, um retorno acerca do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro anteriormente realizado.



Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2022.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Isaac Sousa Bentes
Executivo de Vendas

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vibra Energia. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://brdistribuidora.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5C27-3C8B-086C-2594> ou vá até o site <https://brdistribuidora.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5C27-3C8B-086C-2594



Hash do Documento

601E1D03082F37B35DE6740F623D2380B0028C9B24AB9461442B297CE3BF249A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/01/2022 é(são) :

- ☒ Isaac Sousa Bentes (Parte - B2B - Desempenho e Gestão - Vibra Energia) - 930.050.162-34 em 12/01/2022 16:28 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: isaacbentes@br.com.br

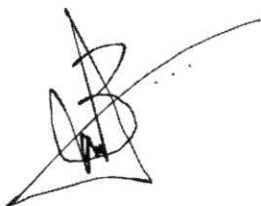
Evidências

Client Timestamp Wed Jan 12 2022 16:28:19 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -2.4427617 Longitude: -54.7113986 Accuracy: 1534.424291571521

IP 177.130.55.91

Assinatura:



Hash Evidências:

714D2BDFC9D20293D640054F11C6D7E46B3EF067EFA8A6AAA66AE0096FA1A40F





Rio de Janeiro-RJ, 09 de dezembro de 2021.

Ao

Município de Itaituba-PA e suas Secretarias

Endereço: Av. Dr. Hugo de Mendonça, s/n, Paço Municipal, Bairro Boa Esperança, Itaituba-PA.

Assunto: Notificação – Pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Contratos nºs 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093 provenientes da Ata de Registro de Preços nº 42/2019. Pregão Eletrônico Nº 021/2021-PE.

VIBRA ENERGIA S.A. (atual razão social da Petrobras Distribuidora S.A)., doravante denominada **VIBRA**, em razão de processo de alteração de sua razão social e marca corporativa, conforme amplamente noticiado pela mídia, com sede na Rua Correia Vasques, nº. 250, Bairro Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ, vem por seu Gerente Renato Simonetti Bullio, expor o que se segue:

2. Em 28.04.2021, foram firmados com V.Sas. os Contrato nºs 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 021/2021-PE, licitado pelo Município de Itaituba, cujo objeto foi a aquisição de combustíveis para atender à necessidade dos Fundos da Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e Município de Itaituba, conforme descrição do Termo de Referência do edital, por um período de 12 (doze) meses.

3. Nos contratos analisados, os itens 1.1 e 1.2 da Cláusula 1ª previam expressamente a possibilidade desta distribuidora ajustar os preços constantes da Tabela 1 sempre que houvessem alterações nos custos e demais fatores de composição do preço dos combustíveis que fossem fornecidos à Vossas Senhorias.



4. Importante notar que o item 1.1 previa que os preços seriam flexíveis e dependeriam dos preços Médio/Litro Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), referente ao Estado do Pará, que seria divulgado 2 (duas) vezes por mês pelo CONFAZ, sendo destacado no próprio item 1.1 que o preço seria mantido atualizado. Vejamos:

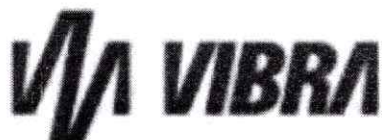
*1.1. O VALOR UNITÁRIO DOS COMBUSTÍVEIS SÃO FLEXÍVEIS PODENDO SER ALTERADO PARA CIMA OU PARA BAIXO, DEPENDENDO DOS PREÇOS Médio/Litro Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) referente ao Estado do Pará, **divulgado 2 (duas vezes) por mês** pelo CONFAZ-CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA, disponível no SITE ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, a fim de atualizar o preço contratado. Contudo permanecendo fixo o maior percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA.*

5. Ressalte-se que esta previsão se repete em todos os contratos objeto do pedido de reequilíbrios, quais sejam: nºs 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093.

6. Desta feita, na forma do atualmente praticado, a construção do preço leva em conta a apuração de valores contratuais sendo divulgados duas vezes ao mês, sendo ainda atualizado com base no ATO COTEPE, o qual pode ser entendido como a publicação dos preços médios ponderados ao consumidor final PMPF.

7. Pois bem. Como é de conhecimento de V.Sas, em 18.08.2021 solicitou-se junto a esta Prefeitura pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, sendo considerado na época os sucessivos aumentos praticados pelas Refinarias quanto ao preço base da Gasolina e do Diesel, e os aumentos significativos nos preços do Biodiesel e do Etanol Anidro, insumos essenciais que compõem a formulação final dos combustíveis.

8. Em 06.10.2021, esta Prefeitura deferiu o pedido de reequilíbrio solicitado pela VIBRA, passando a ser praticado os percentuais de descontos de 9,00% para Diesel S500, 8,50% para Diesel S10 e 8,30% para Gasolina C em cima do ATO COTEPE.



9. Ocorre que desde 01.11.2021 o ATO COTEPE não é atualizado pelo CONFAZ¹, sendo a decisão de congelamento adotada pelo próprio CONFAZ, fato que vem se mostrando deveras oneroso para as operações da Companhia, o que pode ser facilmente verificado por meio da tabela abaixo, a qual realiza um comparativo entre os preços praticados no mercado de Itaituba (cuja fonte dos dados é a pesquisa ANP) e os preços que vem sendo efetivamente faturados pela VIBRA:

COMPARATIVO: MERCADO ITAITUBA (ANP) X PREÇOS FATURADOS PMI (BS500)				
Semana	Preço Médio (R\$)	Preço Mínimo (R\$)	Preço Máximo (R\$)	Valor Faturado PMI (R\$)
31.10.21 a 06.11.21	5,394	5,340	5,480	4,630
07.11.21 a 13.11.21	5,401	5,240	5,480	4,630
14.11.21 a 20.11.21	5,400	5,320	5,480	4,630

COMPARATIVO: MERCADO ITAITUBA (ANP) X PREÇOS FATURADOS PMI (BS10)				
Semana	Preço Médio (R\$)	Preço Mínimo (R\$)	Preço Máximo (R\$)	Valor Faturado PMI (R\$)
31.10.21 a 06.11.21	5,416	5,360	5,490	4,630
07.11.21 a 13.11.21	5,421	5,240	5,490	4,630
14.11.21 a 20.11.21	5,421	5,330	5,490	4,630

COMPARATIVO: MERCADO ITAITUBA (ANP) X PREÇOS FATURADOS PMI (Gasolina C)				
Semana	Preço Médio (R\$)	Preço Mínimo (R\$)	Preço Máximo (R\$)	Valor Faturado PMI (R\$)
31.10.21 a 06.11.21	6,622	6,555	6,710	5,760
07.11.21 a 13.11.21	6,639	6,590	6,710	5,760
14.11.21 a 20.11.21	6,663	6,590	6,690	5,760

Fonte: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Quatro_Index.asp

10. Conforme planilha acima destacada, verifica-se que por motivos alheios às partes, houve nova ocorrência de fato imprevisível, qual seja, **falta de atualização da tabela de preços de referência**, que impactou novamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado com V.Sas.

11. Ressalte-se que a atualização quinzenal (2 vezes por mês) no preço de referência encontra-se previsto no próprio contrato, conforme item 1.1 acima destacado, e por certo o congelamento dos preços pelo CONFAZ, conforme verificado, viola não só o equilíbrio

¹ Conforme se pode verificar em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-10/icms-dos-combustiveis-sera-congelado-por-90-dias>



econômico-financeiro do contrato, como o próprio instrumento contratual firmado entre as Partes, o que deve ser imediatamente reparado por esta Municipalidade.

12. Importante notar ainda que o congelamento do preços pelo CONFAZ agrava a posição contratual e financeira desta notificante considerando os recentes e sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis no mercado interno, ditada pela notória política de preços da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) de acompanhar o mercado internacional como balizamento dos preços dos combustíveis nas refinarias, além das alterações nos custos do Biodiesel, componente do Diesel, e as constates mudança nos preços do Etanol Anidro, que compõe a Gasolina C.

13. Neste contexto, a VIBRA vem suportando fornecimentos com margens extremamente negativas, conforme se pode claramente observar na tabela abaixo, em decorrência desses sucessivos incrementos de seus custos, o que não vem sendo recomposto pelas publicações dos ATOS COTEPE-PMPF, **o qual se manterá congelado por 90 DIAS!!!**

Cliente	OUT 2021		NOV 2021		Vol. Out e Nov 2021	Lucro Bruto Out. e Nov 2021
	Volume [m³]	Lucro Bruto [R\$]	Volume [m³]	Lucro Bruto [R\$]	[m³]	[R\$]
MUNICIPIO DE ITAITUBA	801	-203.665,98	802	-152.345,61	1.603	-356.011,59
7415	801	-203.665,98	802	-152.345,61	1.603	-356.011,59
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	20	-1.426,10	65	-16.706,30	85	-18.132,40
1142725	20	-1.426,10	65	-16.706,30	85	-18.132,40
Total Geral	821	-205.092,08	867	-169.051,91	1.688	-374.143,99

Fonte: Sistemas Internos BR Distribuidora

14. Importante esclarecer que o deferimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro realizado no dia 06.10.2021 não tem o condão de reparar a situação ora colocada por meio desta notificação, vez que um outro fato – novo e superveniente – ocorreu desde o reequilíbrio anteriormente concedido: o ATO COTEPE-PMPF parou de ser atualizado, **trazendo graves prejuízos a esta notificante.**

15. Como é de conhecimento deste órgão, a Lei 8.666/93 dispõe sobre as possibilidades de reequilíbrio econômico-financeiro a fim de que não ocorra enriquecimento ilícito por parte da administração em detrimento da empresa licitada, ora requerente, precisamente em seu



artigo 65, alínea "d":

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei podem ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

16. Observa-se do trecho legal, a presença de três requisitos para que ocorra o cabimento da alteração contratual na situação ora colocada, visando o reequilíbrio pleiteado, todos presentes no caso ora apresentado:

- (i) Os fatos imprevisíveis estão demonstrados na ausência de atualização do ATOS COTEPE-PMPF, com destaque de preços demonstrando flagrantemente enormes reajustes dos valores desde a data da celebração do contrato firmado entre as partes até a presente data, sendo certo que a Planilha destacada no item 9 reflete a realidade financeira do mercado atual.
- (ii) O requisito do impedimento na execução do contrato é representada pela onerosidade excessiva sofrida pela VIBRA, de modo que a continuidade dos fornecimentos tem o potencial de trazer prejuízos imensuráveis à VIBRA.
- (iii) A álea econômica extraordinária e extracontratual também é perfeitamente visível no caso em tela **e torna-se mais claro ao analisar a notícia do congelamento do ATOS COTEPE-PMPF, o qual foi eleito pelo contrato como o preço de referência sobre o qual os descontos incidiriam, sendo claramente previsto no contrato que os preços seriam flexíveis e seriam revisado ao menos duas vezes ao mês – o que não vem acontecendo.**



17. Oportuno ainda dizer que a ideia de equilíbrio econômico-financeiro significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública², fato que não vem sendo observado no caso ora tratado.

18. Ademais, como dito anteriormente, o congelamento do ATOS COTEPE-PMPF tem o condão de violar o contrato firmado entre as Partes, vez que o próprio contrato previa que a publicação dos preços médios ponderados ao consumidor final PMPF seria divulgada 2 (duas) vezes por mês pelo CONFAZ (ATO COTEPE), registrando expressamente que essa divulgação tinha por objetivo promover a atualização do preço contratado.

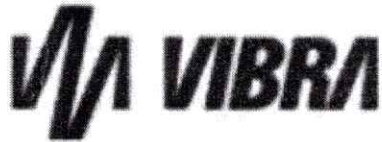
19. Dessa forma, considerando o congelamento dos preços praticados nos contratos n°s 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093, em razão da falta de atualização do ATO COTEPE PMPF pelo CONFAZ, serve a presente para **NOTIFICAR V.** Sas acerca do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos n°s 20210090, 20210091, 20210092 e 20210093, tendo por base a proposta a seguir:

19.1. Alteração dos percentuais de desconto para novos percentuais conforme planilha Anexa. (Anexo I)

19.2. Ou, subsidiariamente, manutenção dos percentuais de desconto já praticados, porém, alterando-se o referencial de preços dos contratos atuais, deixando de ser utilizado o ATO COTEPE para ser utilizada a PESQUISA DE PREÇOS MÉDIOS DA ANP do referido município, Itaituba-Pa.

20. Assim, certos de V. S^a compreensão, aguardamos posicionamento deste Órgão licitante, quanto ao acolhimento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos sob

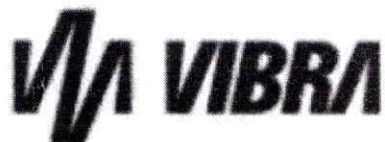
² A respeito do equilíbrio econômico-financeiro, Marçal Justen Filho preceitua que: *A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar à própria Administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando não ocorressem o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais.* JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. (São Paulo: , 2018).



referência para que se possa formalizar a revisão de preços dos preços contratuais, sendo medida equilibrada, justa e coerente o fornecimento com preço atualizado e aderente aos valores correntes de mercado, sob bases comerciais equilibradas.

Atenciosamente,

Vibra Energia S.A.



ANEXOS

ANEXO I - PROPOSTA REVISÃO DE PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PMPF

Item	Descrição	Und	Qtd. Contrato	Desconto PMPF Atual	Desconto PMPF Proposto	PROPOSTA
1	Gasolina Comum	Litro	1.737.500	8,30%	3,00%	Redução do percentual de desconto sobre o ATO COTEPE-PMPF vigente, dos valores atuais já reequilibrados anteriormente de: BS500 9,00%; BS10 8,500% e Gasolina C 8,30% para: BS500 3,00%; BS10 3,00% e Gasolina C 3,000%.
2	Óleo Diesel	Litro	8.593.100	9,00%	3,00%	
3	Óleo Diesel S-10	Litro	2.812.700	8,50%	3,00%	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vibra Energia. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://brdistribuidora.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2A99-100C-36F0-4B9F> ou vá até o site <https://brdistribuidora.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2A99-100C-36F0-4B9F



Hash do Documento

E78FC8C4DAD9245CAAF6D2EEFEE9E1A872865668DE2E5200BE20A123FAEEDA79

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/12/2021 é(são) :

- ☒ Renato Simonetti Bullio (Parte - B2B - Desempenho e Gestão - Vibra Energia) - 000.706.094-70 em 10/12/2021 14:47 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: renatobullio@br.com.br

Evidências

Client Timestamp Fri Dec 10 2021 13:47:38 GMT-0400 (Amazon Standard Time)

Geolocation Latitude: -3.0893513 Longitude: -59.9870223 Accuracy: 135.60000610351562

IP 179.229.64.16

Assinatura:



Hash Evidências:

43BE5FB3BD542E456DBA50CFBF2F069607B5A753EC17F5A594C52A7C51B8E54F

